

AGRO PASTORIL NOVO HORIZONTE S/A
CNPJ/MF N.º 78.231.701/0001-29 NIRE N.º 413000230-4
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA N.º 46
DATA, HORA E LOCAL: Aos 25 dias de Abril de 2025, às 9:00 horas, em Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Amazonas, n.º 572, Água Verde, CEP 80.610-030. **PUBLICAÇÕES; AVISO E CONVOCAÇÃO AOS ACIONISTAS:** publicados em 26, 27 e 28 de Março de 2025, no Jornal Diário Indústria e Comércio, respectivamente nas páginas 15 (edição 11737), 19 (edição 11738) e 15 (edição 11739). **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** Disponibilizado no site da companhia: <https://www.apnh.com.br/> e na Central de Balanços do GOV BR por intermédio do seu CNPJ 78.231.701/0001-29. **PRESEÇA DE ACIONISTAS:** Representando 100% (cem por cento) do Capital Social, conforme assinaturas lançadas no livro de "Presenças de Acionistas". **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente: Julio Zugman e Secretário: Edson Isfer, bem como, Sr. Alberto Irazé Ribeiro, representando o Conselho Fiscal. **ORDEM DO DIA:** Em **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:** 1) Exame, discussão e votação das demonstrações financeiras e relatórios dos administradores e aprovação das contas relativas ao exercício financeiro findo em 31/12/2024; 2) Deliberação acerca da destinação do resultado do exercício findo em 31/12/2024; 3) Eleição da Diretoria para o triênio 2025/2028; 4) Deliberação acerca de reajuste da remuneração dos Administradores da Companhia, tendo como base o Índice Inflacionário INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor; 5) Deliberação sobre a manutenção do Conselho Fiscal; 6) Eleição dos membros do Conselho Fiscal, se for o caso; 7) Deliberação acerca da remuneração dos Conselheiros; 8) Assuntos Gerais. **DELIBERAÇÕES PRELIMINARES:** Preliminarmente, os acionistas deliberaram o seguinte: a) autorizaram a lavratura da presente ata sob a forma de sumário, conforme permissivo legal contido no artigo 130, § 1º, da Lei n.º 6.404/76; b) vedaram o acesso de qualquer pessoa distinta das pessoas dos acionistas e/ou de seu advogado, regularmente constituído para esta assembleia, dos membros do Conselho Fiscal, dos auditores independentes, ou de pessoas expressamente autorizadas por esta Assembleia Geral Ordinária que possam auxiliar na realização das atividades; c) em relação ao item 01 da Ordem do Dia da Assembleia Geral Ordinária, convencionou-se que os administradores farão exposição acerca das demonstrações financeiras e relatórios relativos ao exercício financeiro findo em 31/12/2024. Será dispensada a leitura do parecer do Conselho Fiscal, vez que estavam à disposição dos acionistas no prazo legal. d) Os acionistas autorizaram que a presente ata fosse assinada exclusivamente pelo presidente da mesa e seu secretário para ser levada a registro. **DELIBERAÇÕES TOMADAS EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:** (1) Inicialmente, foi feita exposição das demonstrações financeiras e relatórios pelos administradores da Companhia, relativamente ao exercício financeiro findo em 31/12/2024, cujos documentos estavam disponíveis aos acionistas no prazo legal. Após discussão, por unanimidade, foram aprovadas as demonstrações financeiras e relatórios apresentados pelos administradores. Os impedidos se absteram de votar. (2) Em seguida, foi deliberado acerca da destinação do lucro líquido do exercício e da distribuição de dividendos, com a seguinte proposta da administração: do lucro líquido do exercício, no valor de **R\$63.263.267,75** (sessenta e três milhões, duzentos e sessenta e três mil, duzentos e sessenta e sete reais e setenta e cinco centavos), será destinado para: a) Constituição da Reserva Legal, no valor de **R\$3.163.163,39** (três milhões, cento e sessenta e três mil, cento e sessenta e três reais e trinta e nove centavos); b) Dividendos obrigatórios, no valor de **R\$15.025.026,09** (quinze milhões, vinte e cinco mil, vinte e seis reais e nove centavos) a serem pagos em até 30 dias após registro da ata na Junta Comercial do Estado do Paraná; c) Dividendos complementares no valor de **R\$14.960.573,91** (atorze milhões, novecentos e sessenta mil, quinhentos e setenta e três reais e noventa e um centavos), a serem pagos em até 30 dias após registro da ata na Junta Comercial do Estado do Paraná; d) Reserva de Retenção de Lucros, no valor de **R\$30.114.504,36** (trinta milhões, cento e onze mil, quinhentos e quatro reais e trinta e seis centavos). A proposta restou aprovada pela unanimidade dos acionistas. 3) Eleição da diretoria para triênio 2025/2028 - Na sequência, registrada a abstenção dos acionistas impedidos de votar, por unanimidade de votos dos demais acionistas, foram reeleitos para Diretores da Companhia, para o Triênio 2025/2028, com início de seus mandatos em 28/04/2025, e permanecendo em seus cargos e desempenhando a administração da sociedade até efetiva posse de Diretoria a ser eleita em assembleia de Abril/2028 os senhores: **JULIO ZUGMAN**, brasileiro, nascido em 20/08/1953, casado em regime de comunhão universal de bens, Engenheiro Civil, portador da carteira de identidade RG. 775.831-6 -SSP/I-I-PR. e CPF. 080.630.959-87, residente na Avenida Visconde de Guarapuava, 5045 ap. 2201 - Batel - CEP. 80.240-010 - Curitiba - Pr., para o cargo designado de **Diretor Presidente**, e **THALES ZUGMAN**, brasileiro, nascido em 03/06/1953, casado em regime de comunhão universal de bens, empresário, portador da carteira de identidade RG. 4.194.005-2 -SSP/I-I-SP. e CPF. 454.201.908-00, residente na Rua Marechal José Bernardino Bormann, 385, bairro Batel em Curitiba - Pr. CEP.

80.440.195, para o cargo designado de **Diretor Executivo**. Para diretores sem designação específica na forma do disposto nos parágrafos Segundo e Terceiro do Artigo 11 do Estatuto Social da Companhia foram eleitos os senhores: **ARI ZUGMAN**, brasileiro, natural de Curitiba - Pr, nascido em 06/01/1959, engenheiro civil, portador da cédula de identidade RG n.º 1.517.253-3 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob n.º 319.806.279-91, casado em regime de comunhão parcial de bens, com endereço na Avenida Visconde de Guarapuava, n.º 5015, apartamento 701, Bairro Batel, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, cep: 80.240-010; **ISAC CHAMI ZUGMAN**, brasileiro, natural de Canoinhas - SC, nascido em 28/01/1945, Administrador, portador da carteira de identidade RG n.º 3.584.908-3 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob n.º 027.184.808-15, casado em regime de comunhão universal de bens, com endereço na Rua Indiana, n.º 527, apartamento 101, Bairro Brooklin Paulista, São Paulo - SP, CEP. 04.562-000; e **JACOB REICHER**, israelense, natural da Rússia, nascido em 23/06/1950, Empresário, portador do Registro Nacional de Estrangeiro, classificação permanente, validada e indeterminada, RNE n.º W024519-4 CGPI/DIREX/DPF e inscrito no CPF/MF sob n.º 249.106.279-87, casado sob regime de comunhão universal de bens, com endereço na Rua Professor Pedro Viriato Parigot de Souza, 1.805, apartamento 2.301 - 23º andar, Bairro Mosangue - Curitiba, Paraná, CEP 81.200-100. (4) Deliberação sobre remuneração da Diretoria: Considerando o efeito inflacionário do período, a Diretoria propôs aumentar o limite coletivo anual aprovado em abril de 2024 de **R\$1.598.243,00** (um milhão quinhentos e noventa e oito mil e duzentos e quarenta e três reais), para **R\$ 1.681.352,00** (um milhão seiscentos e oitenta e um mil e trezentos e cinquenta e dois reais), reajuste este com base no índice inflacionário medido pelo INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor. A distribuição entre os diretores e a periodicidade será deliberada em reunião de diretoria. A proposta foi aprovada por unanimidade de votos, com abstenção dos impedidos. (5) Ademais, foi deliberado, por unanimidade de votos, pela manutenção do Conselho Fiscal. (6) Quanto à escolha de seus membros, as acionistas Clara Regina Rappaport, Sila Zugman Calderoni e Thelma Zugman Mazer requereram a escolha em separado de um membro do Conselho Fiscal, em face da condição de minoritárias na Companhia. Após discussão, houve a eleição de um membro em separado para o Conselho Fiscal por parte das minoritárias, restando eleito, por unanimidade de votos, com abstenção da acionista Sila Zugman Calderoni e tendo se absteiu por razão de foro íntimo a acionista Fany Reicher, o Sr. **PAULO ROBERTO KOSOSKI**, brasileiro, contador e economista, divorciado, RG: 3.548.794-8 SSP/PR, CPF: 577.518.709-15, residente e domiciliado na Rua João Schleider Sobrinho, 332, ap. 204 Bairro Boa Vista, CEP: 82.540-060 Curitiba - Pr, e como Conselheiro Fiscal Suplente a Sr. **SUELLEN CORDEIRO DOS SANTOS BONFIM**, brasileira, casada, contadora, inscrita no CRC/PR sob nº PR-064192/O-3, portadora da cédula de identidade civil RG nº 8.675.056-2, emitida pela SSP-PR e inscrita no CPF/MF sob nº 036.785.899-10, residente e domiciliada na Rua Odete Laura Foggliato nº 839, sobrado 01, bairro Atuba, CEP 82.630-040, cidade de Curitiba, estado do Paraná. Logo depois, foram eleitos como Conselheiros Fiscais, por parte dos acionistas majoritários, os senhores **JULIO ALVARO AMADEU**, brasileiro, casado, administrador, portador da Carteira de Identidade RG nº 1.477.183-2 SSP/PR e inscrito no CPF/MF nº 281.937.259-72, residente e domiciliado à Rua dos Pintassilgos, nº 82, residencial das Andorinhas, Alphaville Graciosa, Pinhais - PR., CEP 83.327-140 e **ALBERTO IRAZÉ RIBEIRO**, brasileiro, auditor e contador, divorciado, portador da Carteira de Identidade RG nº 632.937-3 SSP/PR e inscrito no CPF/MF nº 028.027.329-00, residente e domiciliado na Rua Adolfo Stedile, 247, casa 8 Bom Retiro, CEP. 80.520-540, Curitiba - PR. Como Conselheiros Fiscais Suplentes, foram eleitos, respectivamente, os senhores **HERMES HEIMANN**, brasileiro, casado, contador, inscrito no CRC/PR sob nº PR-036314/O-6, portador do RG nº 1.647.518.709-15 e inscrito no CPF/MF sob nº 574.270.709-68, residente e domiciliado na rua Ivo Leão nº 96, apartamento 302, bairro Alto da Glória, CEP 80.030-180, cidade de Curitiba-PR. e **NILSON ANTONIO DE SOUZA ROSA**, brasileiro, portador a Carteira de Identidade RG nº 3.502.772-6 SSP/PR, inscrito no CPF/MF 472.104.869-68, com endereço comercial na Rua Prefeito Angelo Ferrario Lopes, 1557, CEP. 80.040-252 Curitiba - PR. (7) Deliberação acerca da remuneração dos Conselheiros: Discutiu-se sobre a remuneração dos membros efetivos do Conselho Fiscal, restando decidido, por unanimidade, que a remuneração será aumentada pelo índice INPC de 4,77% acumulado ao ano 2024, aplicado sobre a remuneração paga em Março/2025; (7) Assuntos Gerais: Sem assuntos adicionais a serem tratados. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo, foi dada a palavra a qualquer acionista que desejasse dela fazer uso. Como não houve manifestações, foram encerrados os trabalhos para a lavratura da presente ata que, após lida, foi aprovada por todos os acionistas presentes. Curitiba, 25 de Abril de 2025. Julio Zugman, Presidente da Mesa e Edson Isfer, Secretário da Mesa. **ARQUIVAMENTO:** A presente ata em seu inteiro teor foi registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob n.º 20252039637, em 05/05/2025 protocolo n.º 252039637, código de verificação 12507290195.

COMPENSADOS E LAMINADOS LAVRASUL S/A
CNPJ/MF N.º 83.187.930/0001-23 NIRE N.º 4130000695-4
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA N.º 60
E ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA N.º 83
DATA, HORA E LOCAL: 25 de Abril de 2025 às 10:00 horas, na sede da Companhia, Rua Amazonas, n.º 572, Bairro Água Verde, Curitiba, Paraná, CEP. 80.610-030. **PUBLICAÇÕES; AVISO E CONVOCAÇÃO AOS ACIONISTAS:** publicados em 26, 27 e 28 de Março de 2025, no Jornal Diário Indústria e Comércio, respectivamente nas páginas 15 (edição 11737), 19 (edição 11738) e 15 (edição 11739). **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** publicadas em 21/03/2025 no Jornal Diário Indústria e Comércio - Publicidade Legal - edição 11734, página 18 e disponibilizado no site da companhia <https://www.lavrasul.com.br/>. **PRESEÇA DE ACIONISTAS:** Representando 100% (cem por cento) do Capital Social votante, conforme assinaturas lançadas no livro de "Presenças de Acionistas". **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente: Thales Zugman e Secretário Edson Isfer, bem como o Sr. Alberto Irazé Ribeiro, representando o Conselho Fiscal. **ORDEM DO DIA - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:** 1) Exame, discussão e votação das demonstrações financeiras e relatórios dos administradores e aprovação das contas, relativos ao exercício financeiro findo em 31/12/2024; 2) Deliberação acerca da destinação do resultado do exercício findo em 31/12/2024; 3) Eleição da Diretoria para o triênio 2025/2028; 4) Deliberação acerca de reajuste da remuneração dos Administradores da Companhia, tendo como base o Índice Inflacionário INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor; 5) Deliberação sobre a manutenção do Conselho Fiscal; 6) Eleição dos membros do Conselho Fiscal, se for o caso; 7) Deliberação acerca da remuneração dos Conselheiros; 8) Assuntos Gerais. **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:** 1) Alteração da denominação social de Compensados e Laminados Lavrasul S/A para Lavrasul Portas e Compensados S/A. 2) Consolidação do Estatuto Social. **DELIBERAÇÕES PRELIMINARES:** Preliminarmente, os acionistas deliberaram o seguinte: a) autorizaram a lavratura da presente ata sob a forma de sumário, conforme permissivo legal contido no artigo 130, § 1º, da Lei n.º 6.404/76; b) vedaram o acesso de qualquer pessoa distinta das pessoas dos acionistas e/ou de seu advogado, regularmente constituído para esta assembleia, dos membros do Conselho Fiscal, auditores independentes, ou de pessoas expressamente autorizadas por esta Assembleia Geral Ordinária que possam auxiliar na realização das atividades; c) em relação ao item 01 da Ordem do Dia da Assembleia Geral Ordinária, convencionou-se que se dispensará a apresentação acerca das demonstrações financeiras e relatórios relativos ao exercício financeiro findo em 31/12/2024, por parte dos administradores, já que os documentos encontravam-se à disposição dos acionistas no prazo legal. No mesmo sentido, será dispensada a leitura dos pareceres dos Conselheiros Fiscais, vez que também já estavam à disposição dos acionistas no referido prazo; d) Os acionistas autorizaram que a presente ata fosse assinada exclusivamente pelo presidente da mesa e seu secretário para ser levada a registro. **DELIBERAÇÕES TOMADAS EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:** (1) Inicialmente, foi feita exposição das demonstrações financeiras e relatórios pelos administradores, relativamente ao exercício financeiro findo em 31 de dezembro de 2024, cujos documentos estavam disponíveis aos acionistas no prazo legal. Após discussão, por unanimidade, foram aprovadas as demonstrações financeiras e relatórios apresentados pelos administradores. Os impedidos se absteram de votar. (2) Em seguida, foi deliberado acerca da destinação do lucro líquido do exercício e da distribuição de dividendos, com a seguinte proposta da administração: do lucro líquido do exercício, no valor de **R\$ 22.677.606,86** (vinte e dois milhões, seiscentos e setenta e sete mil, seiscentos e seis reais e oitenta e seis centavos), será destinado para: a) Dividendos obrigatórios, no valor de **R\$ 5.669.401,73** (cinco milhões, seiscentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e um reais e setenta e três centavos); b) Dividendos complementares no valor de **R\$ 30.598,27** (trinta mil, quinhentos e noventa e oito reais e vinte e nove centavos), valores estes a serem pagos em até 30 dias após o registro da ata na Junta Comercial do Estado do Paraná; c) para Reserva de Retenção de Lucros o valor de **R\$16.977.606,86** (dezesseis milhões, novecentos e setenta e sete mil, seiscentos e seis reais e oitenta e seis centavos). É destinado para Reserva de Retenção de lucros, ainda, o valor de **R\$101.039,19** referente realização da reserva de reavaliação de terreno. Com isso, a referida Reserva de Retenção de Lucros passa a ser incrementada em **R\$17.078.646,05** (dezessete milhões, setenta e oito mil, seiscentos e quarenta e seis reais e quatro centavos) (R\$16.977.606,86+ R\$101.039,19). Não haverá destinação de recursos para a Reserva Legal uma vez que os valores alocados nessa rubrica já alcançaram o limite legal de 20% (vinte por cento) do capital social. A proposta restou aprovada pela unanimidade dos acionistas. (3) Eleição da diretoria para triênio 2025/2028 - Na sequência, registrada a abstenção de voto dos acionistas impedidos de votar, por unanimidade de votos dos demais acionistas, foram reeleitos para Diretores

da Companhia, para o Triênio 2025/2028, com início de seus mandatos em 28/04/2025, e permanecendo em seus cargos e desempenhando a administração da sociedade até efetiva posse de Diretoria a ser eleita em assembleia de Abril/2028 os senhores: **THALES ZUGMAN**, brasileiro, nascido em 03/06/1953, casado em regime de comunhão universal de bens, empresário, portador da carteira de identidade RG. 4.194.005-2 -SSP/I-I-SP. e CPF. 454.201.908-00, residente na Rua Marechal José Bernardino Bormann, 385, bairro Batel em Curitiba - Pr. CEP. 80.440.195, para o cargo de **Diretor Presidente** e **JULIO ZUGMAN**, brasileiro, nascido em 20/08/1953, casado em regime de comunhão universal de bens, Engenheiro Civil, portador da carteira de identidade RG. 775.831-6 -SSP/I-I-PR. e CPF. 080.630.959-87, residente na Avenida Visconde de Guarapuava, 5045 ap. 2201 - Batel - CEP. CEP. 80.240-010 - Curitiba - Pr., para o cargo designado de **Diretor Administrativo**. (4) Deliberação sobre remuneração da Diretoria: Considerando o efeito inflacionário do período, a Diretoria propôs aumentar o limite coletivo anual aprovado em abril de 2024 de **R\$1.598.243,00** (um milhão quinhentos e noventa e oito mil e duzentos e quarenta e três reais) para **R\$ 1.681.352,00** (um milhão seiscentos e oitenta e um mil e trezentos e cinquenta e dois reais), reajuste este com base no índice inflacionário INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor dos últimos 12 meses, cuja forma de pagamento será deliberada em reunião de diretoria. A proposta foi aprovada por unanimidade de votos, com a abstenção dos impedidos de votar. (5) Ademais, foi deliberado, por unanimidade de votos, pela manutenção do Conselho Fiscal. (6) Quanto à escolha de seus membros, as acionistas Clara Regina Rappaport, Sila Zugman Calderoni e Thelma Zugman Mazer requereram a escolha em separado de um membro do Conselho Fiscal, em face da condição de minoritárias na Companhia. Após discussão, houve a eleição de um membro em separado para o Conselho Fiscal por parte das minoritárias, restando eleito, por unanimidade de votos, com abstenção da acionista Sila Zugman, o Sr. **PAULO ROBERTO KOSOSKI**, brasileiro, contador e administrador, divorciado, RG n.º 3.548.794-8 SSP/PR, CPF nº 577.518.709-15, com endereço na Rua João Schleider Sobrinho, 332, ap. 204 Bairro Boa Vista, CEP: 82.540-060 Curitiba - Pr, e como Conselheiro Fiscal Suplente a Sr. **SUELLEN CORDEIRO DOS SANTOS BONFIM**, brasileira, contadora, casada inscrita no CRC/PR sob nº PR-064192/O-3, RG nº 8.675.056-2/SSP/PR CPF/MF nº 036.785.899-10, com endereço na rua Odete Laura Foggliato nº 839, sobrado 01, bairro Atuba, CEP. 82.630-040, Curitiba - Pr Logo depois, foram eleitos como Conselheiros Fiscais, por parte dos majoritários, os senhores **ALBERTO IRAZÉ RIBEIRO**, brasileiro, auditor e contador, divorciado, RG nº 632.937-3 SSP/PR, CPF/MF nº 028.027.329-00, com endereço na Rua Adolfo Stedile, 247, casa 8, bairro Bom Retiro, CEP. 80.520-540, Curitiba - Pr, e como Conselheiro Fiscal Suplente o Sr. **HERMES HEIMANN**, brasileiro, contador, casado inscrito no CRC/PR sob nº PR-036314/O-6, RG nº 1.647.518-SSP/PR e CPF/MF sob nº 574.270.709-68, com endereço na rua Ivo Leão nº 96, apartamento 302, bairro Alto da Glória, CEP 80.030-180, Curitiba-Pr; **JULIO ALVARO AMADEU**, brasileiro, contador, casado, RG nº 1.477.183 SSP/PR e CPF/MF nº 281.937.259-72, com endereço na Rua dos Pintassilgos, nº 82, residencial Andorinhas, Bairro Alphaville, CEP 83.327-150, Pinhais - Pr, e como Conselheiro Fiscal Suplente o Sr. **NILSON ANTONIO DE SOUZA ROSA**, brasileiro, contador, casado, RG nº 3.502.772-6 SSP/PR, e CPF/MF 472.104.869-68, com endereço comercial na Rua Prefeito Angelo Ferrario Lopes, 1557, CEP. 80.040-252 Curitiba - Pr. (7) Deliberação acerca da remuneração dos Conselheiros: Discutiu-se sobre a remuneração dos membros efetivos do Conselho Fiscal, restando decidido, por unanimidade, que a remuneração será aumentada pelo índice INPC de 4,77% acumulado no ano 2024, aplicado sobre a remuneração paga em Março/2025; (8) Assuntos Gerais: Informada sobre o incremento, no ano de 2023, da conta de Reserva de Retenção de Lucros pela Diretoria, a AGO, por unanimidade, delibera ratificar a deliberação da diretoria, que fez lançar na conta de Reserva de Retenção de Lucros o valor de **R\$ 7.728.412,43**, referente aos prejuízos acumulados do exercício de 2023. **DELIBERAÇÕES TOMADAS EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:** 1) Alteração da denominação social de Compensados e Laminados Lavrasul S/A para Lavrasul Portas e Compensados S/A. A administração propôs aos acionistas um melhor estudo para alterar a denominação social da companhia, deixando para deliberar em outro momento. 2) Consolidação do Estatuto Social: não se concretizando a alteração da denominação social da companhia, não será necessária no momento a consolidação do Estatuto Social. As deliberações propostas na Assembleia Geral Extraordinária, foram aprovadas por unanimidade dos acionistas. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo, foram encerrados os trabalhos para a lavratura da presente ata que, após lida, foi aprovada por todos os acionistas. Curitiba, 25 de Abril de 2025. Thales Zugman, Presidente da Mesa e Edson Isfer, Secretário da Mesa. **ARQUIVAMENTO:** A presente ata em seu inteiro teor foi registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob n.º 20252041070, em 30/04/2025 protocolo n.º 252041070, código de verificação 12507144164.

LAVRADORA RACIONAL DE MADEIRAS LAVRAMA S/A
CNPJ/MF N.º 76.506.302/0001-06 NIRE N.º 41300047871
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA N.º 105
DATA, HORA E LOCAL: Aos 25 de Abril de 2025, às 11:00 horas, na sede da companhia na Rua Amazonas, n.º 572, Bairro Água Verde, Curitiba, Paraná, CEP. 80.610-030. **PUBLICAÇÕES; AVISO E CONVOCAÇÃO AOS ACIONISTAS:** publicados em 26, 27 e 28 de Março de 2025, no Jornal Diário Indústria e Comércio, respectivamente nas páginas 15 (edição 11737), 19 (edição 11738) e 15 (edição 11739). **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** publicadas em 21/03/2025 no Jornal Diário Indústria e Comércio - Publicidade Legal - edição 11734, página 19 e disponibilizado no site da companhia: <https://www.lavrama.com.br/>. **PRESEÇA DE ACIONISTAS:** Representando 100% (cem por cento) do Capital Social votante, conforme assinaturas lançadas no livro de "Presenças de Acionistas". **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente: Jacob Reicher e Secretário: Edson Isfer, bem como o Sr. Alberto Irazé Ribeiro, representando o Conselho Fiscal. **ORDEM DO DIA:** 1) Exame, discussão e votação das demonstrações financeiras e relatórios dos administradores e aprovação das contas, relativos ao exercício financeiro findo em 31/12/2024; 2) Deliberação acerca da destinação do resultado do exercício findo em 31/12/2024; 3) Deliberação acerca de reajuste da remuneração dos Administradores da Companhia, tendo como base o Índice Inflacionário INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor; 4) Deliberação sobre a manutenção do Conselho Fiscal; 5) Eleição dos membros do Conselho Fiscal, se for o caso; 6) Deliberação acerca da remuneração dos Conselheiros; 7) Assuntos Gerais. **DELIBERAÇÕES PRELIMINARES:** Preliminarmente, os acionistas deliberaram o seguinte: a) autorizaram a lavratura da presente ata sob a forma de sumário, conforme permissivo legal contido no artigo 130, § 1º, da Lei n.º 6.404/76; b) vedaram o acesso de qualquer pessoa distinta das pessoas dos acionistas e/ou de seu advogado, regularmente constituído para esta assembleia, dos membros do Conselho Fiscal, dos auditores independentes, ou de pessoas expressamente autorizadas por esta Assembleia Geral Ordinária que possam auxiliar na realização das atividades; c) em relação ao item 01 da Ordem do Dia da Assembleia Geral Ordinária, convencionou-se que se dispensará a apresentação acerca das demonstrações financeiras e relatórios relativos ao exercício financeiro findo em 31/12/2024, por parte dos administradores, já que os documentos encontravam-se à disposição dos acionistas no prazo legal. No mesmo sentido, será dispensada a leitura do parecer do Conselho Fiscal, vez que também já estavam à disposição dos acionistas no prazo legal; d) Os acionistas autorizaram que a presente ata fosse assinada exclusivamente pelo presidente da mesa e seu secretário para ser levada a registro. **DELIBERAÇÕES TOMADAS EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:** (1) Inicialmente, foi feita exposição das demonstrações financeiras e relatórios pelos administradores, relativamente ao exercício financeiro findo em 31 de dezembro 2024, cujos documentos estavam disponíveis aos acionistas no prazo legal. Após discussão, por unanimidade, foram aprovadas as demonstrações financeiras e relatórios apresentados pelos administradores. Os impedidos se absteram de votar. (2) Em seguida, foi deliberado acerca da destinação do lucro líquido do exercício e da distribuição de dividendos, com a seguinte proposta da administração: do lucro líquido do exercício, no valor de **R\$210.830.774** (vinte milhões, cento e cinquenta e três mil, oitocentos reais e setenta e quatro centavos), será destinado para: a) Dividendos obrigatórios, no valor de **R\$5.038.450,19** (cinco milhões, trinta e oito mil, quatrocentos e cinquenta reais e dezesseis centavos), a serem pagos em até 30 dias após o registro da ata na Junta Comercial do Estado do Paraná; b) Dividendos complementares no valor de **R\$11.936.249,82** (onze milhões, novecentos e trinta e seis mil, duzentos e quarenta e nove reais e oitenta e dois centavos), a serem pagos em até 30 dias após o registro da ata na Junta Comercial do Estado do Paraná; c) para a conta de Reserva de Retenção Lucros o valor de **R\$ 3.179.100,73** (três milhões, cento e setenta e nove mil, cem reais e setenta e três centavos). Não haverá destinação de recursos para a Reserva Legal uma vez que os valores alocados nessa rubrica já alcançaram o limite legal de 20% (vinte por cento) do capital social. A proposta restou aprovada pela unanimidade dos acionistas. (3) Deliberação sobre remuneração da Diretoria: Considerando o efeito inflacionário do período, a Diretoria propôs aumentar o limite coletivo anual aprovado em abril de 2024 de **R\$1.598.243,00** (um milhão quinhentos e noventa e oito mil e duzentos e quarenta e três reais), para **R\$ 1.681.352,00** (um milhão seiscentos e oitenta e um mil e trezentos e cinquenta e dois reais), reajuste este com base no índice inflacionário INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor dos últimos 12 meses, cuja forma de pagamento será deliberada em reunião de diretoria. A proposta foi aprovada por unanimidade de votos, registrada a abstenção de voto dos acionistas impedidos de votar. (4) Posteriormente, os acionistas deliberaram, por unanimidade de votos, pela manutenção do Conselho Fiscal. (5) Quanto à escolha de seus membros, as acionistas Clara Regina Rappaport, Sila Zugman Calderoni e Thelma Zugman Mazer requereram a escolha em separado de um membro do Conselho Fiscal, em face da condição de minoritárias na Companhia. Após discussão, houve a eleição de um membro em separado para o Conselho Fiscal por parte das minoritárias, restando eleito, por unanimidade de votos, com abstenção da acionista Sila Zugman Calderoni, o Sr. **PAULO ROBERTO KOSOSKI**, brasileiro, contador e administrador, divorciado, RG n.º 3.548.794-8 SSP/PR, CPF nº 577.518.709-15, com endereço na Rua João Schleider Sobrinho, 332, ap. 204 Bairro Boa Vista, CEP: 82.540-060 Curitiba - Pr, e como Conselheiro Fiscal Suplente a Sr. **SUELLEN CORDEIRO DOS SANTOS BONFIM**, brasileira, contadora, casada inscrita no CRC/PR sob nº PR-064192/O-3, RG nº 8.675.056-2/SSP/PR CPF/MF nº 036.785.899-10, com endereço na rua Odete Laura Foggliato nº 839, sobrado 01, bairro Atuba, CEP. 82.630-040, Curitiba - Pr. Logo depois, foram eleitos como Conselheiros Fiscais, por parte dos majoritários, os senhores **ALBERTO IRAZÉ RIBEIRO**, brasileiro, auditor e contador, divorciado, RG nº 632.937-3 SSP/PR, CPF/MF nº 028.027.329-00, com endereço na Rua Adolfo Stedile, 247, casa 8, bairro Bom Retiro, CEP. 80.520-540, Curitiba - Pr, e como Conselheiro Fiscal Suplente o Sr. **HERMES HEIMANN**, brasileiro, contador, casado inscrito no CRC/PR sob nº PR-036314/O-6, RG nº 1.647.518-SSP/PR e CPF/MF sob nº 574.270.709-68, com endereço na rua Ivo Leão nº 96, apartamento 302, bairro Alto da Glória, CEP 80.030-180, Curitiba-Pr; **JULIO ALVARO AMADEU**, brasileiro, contador, casado, RG nº 1.477.183 SSP/PR e CPF/MF nº 281.937.259-72, com endereço na Rua dos Pintassilgos, nº 82, residencial Andorinhas, Bairro Alphaville, CEP 83.327-150, Pinhais - Pr, e como Conselheiro Fiscal Suplente o Sr. **NILSON ANTONIO DE SOUZA ROSA**, brasileiro, contador, casado, RG nº 3.502.772-6 SSP/PR, e CPF/MF 472.104.869-68, com endereço comercial na Rua Prefeito Angelo Ferrario Lopes, 1557, CEP. 80.040-252 Curitiba - Pr. (6) Discutiu-se sobre a remuneração dos membros efetivos do Conselho Fiscal, restando decidido, por unanimidade, que a remuneração será aumentada pelo índice INPC, 4,77% acumulado no ano 2024, aplicado sobre a remuneração paga em Março/2025; (7) Assuntos Gerais: Nada foi tratado. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo, foi dada a palavra a qualquer acionista que desejasse dela fazer uso. Como não houve manifestações, foram encerrados os trabalhos para a lavratura da presente ata que, após lida, foi aprovada por unanimidade dos acionistas. Curitiba, 25 de Abril de 2025. Jacob Reicher, Presidente da Mesa e Edson Isfer, Secretário da Mesa. **ARQUIVAMENTO:** A presente ata em seu inteiro teor foi registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob n.º 20252040384, em 30/04/2025 protocolo n.º 252040384, código de verificação 12507145160.

ELECTRA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ 04.518.529/0001-80 NIRE: 41300316.60
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
Ficam convocados os acionistas da ELECTRA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada presencialmente na sede da Companhia, às 09h (nove horas) do dia 30 de junho de 2025, no endereço Rua Doutor Brasil Vicente de Castro, nº 111, 6º andar, Bairro Campo Comodoro, CEP 81.200-526, Curitiba - PR. A presente convocação está pautada pelo ESTATUTO SOCIAL da Companhia, em seu Artigo 6º, "b", e parágrafos 1º e 2º, bem como ao rito disposto no art. 124 da Lei 6.404/76. Com referência ao Artigo 6º do ESTATUTO SOCIAL, a Assembleia instalar-se-á nos termos da Lei 6.404/76, em seu Art. 125, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto e, em segunda convocação, instalar-se-á com qualquer número, a fim de tratarem da seguinte ORDEM DO DIA:
a) Constituição de sociedade empresária LTDA, com participação integral da sócia titular;
b) Definição do nome empresarial, objeto social, capital social, sede, administração e demais cláusulas do contrato social da nova empresa;
c) Outorga de poderes para assinatura do contrato social e demais documentos necessários à constituição da nova empresa;
d) Outros assuntos de interesse da sociedade.
Aviso aos Acionistas: Os documentos relacionados aos temas que serão deliberados encontram-se disponíveis aos acionistas na sede da Companhia. O acionista também poderá requerer o envio da documentação mediante solicitação ao seguinte endereço eletrônico: assembleia.geral@grupoelectra.com.br. O acionista poderá ser representado na Assembleia por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, nos termos do artigo 126, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/1976.
Curitiba, 16 de junho de 2025.
Franklin KellyMiguel
Diretor Presidente

**ATAS - EDITAIS - BALANÇOS - SÚMULAS
CONCORRÊNCIAS - TOMADAS DE PREÇOS
AVISOS - COMUNICADOS E ANÚNCIOS.**



As publicações acima foram realizadas e certificada no dia 23/06/2025

**Aponte a câmera do seu celular para o QR Code
para acessar a página de Publicações Legais no portal do
Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link:
https://www.diarioindus.com.br/publicacoes_Legais**



Documento final gerado em 23/06/2025 00:11:54

Esse documento pode ser validado através do QR CODE abaixo, ou via URL: <https://incodigital.ipsign.com.br/validador>

Identificador de validação: e87a459d9960011edc3e53491d678322a910352774757f25fc2abe125fc1bbaf



Assinatura

Assinado em: 23/06/2025 00:12:04

Tipo de assinatura: Desenho na tela

Assinante: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

CPF: 01993841938

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

Identificador: c7f97ae5b3848dde3b2569ac2e57299d



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
187.53.118.239, 172.31.21.164	-25.4345969,-49.2537428	Curitiba	80050-250	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 137.0.0.0 / Windows



Emitido por: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Esse documento assinado de forma eletrônica está em conformidade com o Código Civil, Código de Processo Civil, Legislação vigente que regula as assinaturas eletrônicas e Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a legislação aplicável vigente. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: validar.iti.gov.br

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.



Nimofast Brasil S.A.

CNPJ nº 77.696.235/0001-94

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Ativo	Nota Explicativa	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	22.944	107.471
Contas a Receber	5	102.593	350.690
Estoques	6	164.346	123.026
Impostos a Recuperar	7	41.454	5.351
Partes Relacionadas	8	38.566	-
Adiantamentos		3	-
Outras Contas a Receber		209	-
		370.115	586.538
Não circulante			
Partes Relacionadas	8	-	36.472
Tributo Diferido Ativo	14	52.186	10.986
Investimentos	10	4.457	3.138
Imobilizado	9	985	481
Intangível		288	100
		57.916	51.177
Total do ativo		428.031	637.715

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota Explicativa	2024	2023
Circulante			
Empréstimos e Financiamentos	11	36.673	69.544
Fornecedores	12	407.800	518.558
Obrigações Trabalhistas		15	40
Obrigações Tributárias	13	107	13.186
Outras contas a pagar		13.340	32.361
		457.935	633.689
Não circulante			
	11	-	855
		-	855
Patrimônio líquido			
Capital social	16	54.620	3.063
Lucros / (prejuízos) acumulados		(29.904)	3.171
		428.031	637.715

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	Capital Social		Lucros / (Prejuízos) Acumulados	Total
	Capital Subscrito	A Integralizar		
Saldos em 1º de janeiro de 2018	9.500	-	11.344	20.844
Distribuição de Lucros	-	-	(892)	(892)
Juros sobre capital próprio Lei nº 9.249/95	-	-	10.199	10.199
Saldos em 1º de janeiro de 2023	3.063	-	(2.085)	978
Ajuste de exercício anterior	-	-	3.474	3.474
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(1.281)	(1.281)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.063	-	108	3.171
Capital a integralizar	-	51.557	-	51.577
Aumento de capital	100.000	(100.000)	-	-
Prejuízo líquido do exercício	-	51.557	(84.632)	(84.632)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	103.063	(48.443)	(84.524)	(29.904)

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	Nota Explicativa	2024	2023
Receita operacional líquida	17	4.000.037	6.626.847
Custo das mercadorias vendidas	18	(3.914.652)	(6.620.666)
Lucro bruto		85.385	6.181
Despesas de vendas	18	(6.058)	(9.258)
Despesas administrativas e gerais	18	(17.919)	(16.806)
Outras receitas/(despesas) líquidas		4.205	1.135
Resultado antes das receitas/(despesas) financeiras e impostos		65.613	(18.748)
Receitas financeiras		277.201	152.565
Despesas financeiras		(468.646)	(134.230)
Resultado financeiro líquido	19	(191.445)	18.335
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		(125.832)	(413)
Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente		-	(11.854)
Imposto de Renda e Contribuição Social - diferido	14	41.200	10.986
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício		(84.632)	(1.281)

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	2024	2023
Lucro líquido do (Prejuízo)/Lucro líquido do exercício	(84.632)	(1.281)
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes	-	-
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	(84.632)	(1.281)

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo líquido do exercício	(84.632)	(1.281)
Ajuste por:		
Depreciação e amortização	189	94
Reconhecimento de ativo fiscal diferido	(41.200)	(10.986)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	7.238	(103)
Varição Cambial (Contas à pagar)	50.737	-
Resultado na venda de ativos	7	-
Constituição para provisão de perdas em estoques	6.310	-
Ajustes de exercícios anteriores	-	3.474
(61.351)	(8.802)	

Aumento líquido/(redução) nos ativos:

Contas a Receber	248.097	(46.578)
Adiantamentos	(3)	(17.523)
Impostos a Recuperar	(36.103)	(4.818)
Estoques	(47.630)	(24.514)
Despesas antecipadas	(209)	-
Aumento líquido/(redução) nos passivos:		
Fornecedores	(161.495)	(111.689)
Obrigações trabalhistas	(25)	40
Obrigações tributárias	(13.079)	12.912
Partes relacionadas	-	175.459
Outras Contas a Pagar	(19.021)	10.585
(29.468)	(6.126)	
(90.819)	(14.928)	

Fluxos de caixa (usado) nas atividades operacionais

	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do imobilizado/intangível	(888)	(605)
Recebimento de empréstimos com partes relacionadas	25.817	(4)
Empréstimos realizados com partes relacionadas	(27.911)	-
Investimentos	(1.319)	(2.189)
Caixa líquido (usado) nas atividades de investimento	(4.301)	(2.794)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	702.881	69.511
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(743.845)	-
Aumento de capital	51.557	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento (Redução) / aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(84.527)	51.789

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.

	Anos
Máquinas e equipamentos	10
Instalações	10
Móveis e utensílios	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. **1. Intangíveis:** As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **2. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo do tipo imobilizado. Os passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal das operações, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo e não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo, amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **3. Empréstimos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo reconhecido inicialmente e que tenham impacto no seu fluxo estimado de caixa futuro. **Ativos não circulantes:** A Diretoria revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. No caso de identificação de tais evidências, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando-se o valor contábil líquido ao valor recuperável. Os ativos são agrupados e avaliados de acordo com os fluxos de caixa gerados pelo ativo ou grupo de ativos que representem uma unidade geradora de caixa independente. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo, ou da unidade geradora de caixa. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Diretoria não realizou uma avaliação anual referente à identificação de indicadores de **impairment** para os ativos não circulantes, entre outros, pois não houve alterações significativas em relação à operação da Companhia ao final do exercício. **n. Capital social:** O capital social está representado por ações de responsabilidade limitada classificadas no patrimônio líquido. **o. Dividendos e juros sobre capital próprio:** De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. De acordo com as práticas contábeis, CPC 24 e IPCB 08 (R1), apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado. Os juros sobre o capital próprio recebem o mesmo tratamento dos dividendos e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido, quando aplicável. **p. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que o recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido. **1. Provisão para contingências:** As provisões para contingências são constituídas mediante avaliações de seus riscos e quantificadas com base em fundamentos econômicos e pareceres jurídicos sobre os processos e outros fatos contingenciais conhecidos nas datas de encerramento dos exercícios. **2. Ativos contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Diretoria possui total controle da situação de um evento futuro certo que, apesar de não ocorrido, depende apenas dela ou, ainda, quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos, e desde que seja possível determinar, com um mínimo de razoabilidade, o momento do seu recebimento, caracterizando o ganho como praticamente certo; **3. Provisão:** são constituídas mediante avaliações de seus riscos e quantificados com base em fundamentos econômicos e pareceres jurídicos sobre os processos e outros fatos contingenciais conhecidos na data do encerramento do exercício. Tais provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação legal como resultado de eventos passados, quando é provável que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar uma obrigação e o montante pode ser mensurado com suficiente segurança. **Passivo contingente:** são divulgados em nota explicativa, a menos que remota a probabilidade de uma saída de recursos. **Demais passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva. **1. Outras provisões:** Provisões são registradas quando a Companhia tem uma obrigação legal ou implícita perante terceiros decorrente de um evento passado, e esta obrigação pode ser estimada de forma confiável, e quando é provável que uma saída de recursos representando benefícios econômicos será exigida em sua liquidação. Provisões são registradas de forma a refletir as melhores estimativas de valores exigidos para liquidar a obrigação ao final de cada período, considerando os riscos e incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base no fluxo de caixa estimado para liquidar a obriga-

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Nimofast Brasil S/A ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado sediada em Curitiba, no estado do Paraná. A Nimofast Brasil S/A atua como trading company, importando produtos químicos e petroquímicos, sendo uma das líderes nacionais no mercado importação de combustível. Os pontos de armazenamento da Nimofast estão situados nos estados de São Paulo, Paraná, Pernambuco, Goiás e Maranhão. Após o armazenamento, o produto é vendido aos clientes. As filiais da Nimofast estão situadas em: Campinas-SP; São Luiz - MA; Recife - PE; Ribeirão Preto - SP; Barcarena - PA; Senador Canedo - GO; Manaus - AM (baixada em 2024); e Porto Alegre - RS (aberta em 2024). As filiais que tiveram movimentação em 2024 foram: Campinas - SP; São Luiz - MA; Recife - PE; e Senador Canedo - GO. **1.1. Situação financeira:** Apesar de, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentar prejuízos acumulados no patrimônio líquido no montante de R\$ 85.524 mil, prejuízo contábil no exercício de R\$ 84.632 mil (comparado a R\$ 1.281 mil em 2023) e capital circulante líquido negativo de R\$ 87.820 mil - composto por ativo circulante de R\$ 370.115 mil e passivo circulante de R\$ 457.935 mil, dos quais R\$ 407.800 mil referem-se a obrigações com partes relacionadas - a Administração reforça que a Companhia permanece operacionalmente estável e em plena continuidade de suas atividades no exercício de 2025. O capital circulante negativo é substancialmente derivado de obrigações com partes relacionadas, o que tem possibilitado flexibilidade na gestão de caixa e suporte operacional. Não houve, até o momento, qualquer descasamento relevante de caixa ou inadimplemento contratual. Adicionalmente, durante 2024, a Administração renegociou com sucesso os prazos de pagamento com partes relacionadas, bem como revisou os valores dos serviços prestados por sua controladora, sem gerar impacto de desdobramento financeiro relevante no período. Importante destacar que o resultado contábil do exercício incluiu o reconhecimento de R\$ 50.737 mil em variação cambial passiva sobre saldos a pagar em moeda estrangeira, que não representam desembolso de caixa, mas aumentam temporariamente o patrimônio líquido. Desconsiderando este efeito contábil não cir- cular, o patrimônio líquido da Companhia estaria substancialmente equilibrado. No primeiro trimestre de 2025, a Companhia segue executando seu plano de negócios, tendo contratado a importação de aproximadamente 600 mil metros cúbicos de combustíveis, reafirmando sua relevância no mercado brasileiro como um dos principais players de importação do setor. As operações seguem em curso normal, com foco contínuo em ganhos de eficiência, melhoria da rentabilidade e reversão do resultado contábil negativo dos últimos períodos. A Administração conclui que não há, neste momento, incerteza significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia, estando todas as medidas cabíveis sendo tomadas para assegurar a estabilidade financeira e operacional da empresa. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 25 de abril de 2025.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **a. Base de preparação: Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), quando aplicáveis. As demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Diretoria na sua gestão. As políticas contábeis materiais descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis. **Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **b. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, foram convertidas pela taxa de câmbio na data em que as transações foram realizadas. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data-base das demonstrações contábeis. **(i) Taxas utilizadas para conversão:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e avaliados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio aplicada naquela data. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. **c. Uso de estimativas contábeis e julgamentos:** A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Diretoria use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual e vida útil estimada do ativo imobilizado, Perda Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa, Imposto de renda e contribuição social - diferido e riscos contingenciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderia resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota Explicativa nº 5 - Perda Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PELD); Nota Explicativa nº 14 - Imposto de renda e contribuição social - Diferido; e Nota Explicativa nº 15 - Riscos contingenciais.**

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos aos recebimentos dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos como caixa e equivalentes de caixa e empréstimos e recebíveis. **b. Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são mensurados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos como passivo financeiro pelo custo amortizado. **Custo amortizado de passivo financeiro:** Custo amortizado do passivo financeiro é a quantia pelo qual o passivo financeiro é medido no reconhecimento inicial menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa usando o método dos juros efetivos de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia no vencimento, e menos qualquer redução (diretamente ou por meio do uso de conta redutora) quanto à perda do valor recuperável. Os instrumentos financeiros classificados nessa categoria são os montantes a pagar a fornecedores. **c. Caixa e equivalente de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor. **d. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal de da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a perda esperada de créditos de liquidação duvidosa "PECLD". Na prática são normal-

mente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para **impairment**, se necessária. O valor justo das contas a receber de clientes é ajustado, quando relevante, pelo valor presente desses ativos calculado com base na taxa efetiva de juros das vendas a prazo. A referida taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. **e. Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração:** O conta a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado - valor justo, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um conta a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação da venda de Mercadorias, tais como: Gasolina e Óleo Diesel. **(ii) Classificação e mensuração subsequente Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado; ao custo amortizado; ao valor justo - instrumento de dívida; ao valor justo - instrumento patrimonial; ou ao valor justo. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto; • Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - valor justo se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao Valor Justo por meio do resultado - valor justo; • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em valor justo. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo, conforme a natureza, são classificados como ao valor justo. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (veja a Nota Explicativa nº 20). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo como ao valor justo se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Diretoria. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Diretoria tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Diretoria da Companhia; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos gerados ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa são somente pagamentos de principal e de juros. Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamento do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente,

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

Nimofast Brasil S.A.

ção, seu valor contábil corresponde ao valor presente daquele fluxo de caixa (quando o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for praticamente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

q. Benefícios a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas, conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo. A Companhia não tem planos de benefícios de demissão para funcionários.

r. Apuração do resultado: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o controle, conforme definição do CPC 47 é transferido para o cliente, ou seja, quando todas as condições de reconhecimento são atingidas. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios conforme definição do CPC 47 tiver sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

Recita financeira: A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

s. Questões ambientais: A Companhia atua em conformidade com as normativas estabelecidas pela ANP - Agência Nacional do Petróleo, através de procedimentos internos de controle e por meio das Companhias terceirizadas, que executam os serviços de transportes dos produtos, reduzindo desta forma, os riscos associados às questões ambientais.

a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024: As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. **a) Alterações na norma IAS 1/ CPC 26 R1 Apresentação das demonstrações contábeis:** O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos: • O direito de a entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos dois meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período; • Se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a *covenants*, tais *covenants* afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o *covenant* existir no final do período do relatório ou antes dele; • A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de postergar a liquidação; e • No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria entidade, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial. Essas alterações não têm efeito sobre a mensuração de quaisquer itens nas demonstrações contábeis da Companhia. **b) Alterações na norma IFRS 16/ CPC 06 R2 Arrendamento:** Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfazem as exigências da IFRS 15/ CPC 47 para fins de contabilização como venda. Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 - que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback* (relocação). Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e arrendamento a uma transação de venda e *leaseback*, o vendedor-locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revisados" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário. Essas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis da Companhia. **c) Alterações na IAS 7/ CPC 03 (R2) e IFRS 7/ CPC 40 (R1):** Em 25 de maio de 2023, o IASB emitiu emendas à IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidência. As emendas exigem que as entidades forneçam certas divulgações específicas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (reverse factoring, forfait ou risco sacado). As alterações também fornecem orientações sobre as características dos acordos de financiamento de fornecedores. **b) Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entram em vigor em 31 de dezembro de 2024:** Para as seguintes normas ou alterações a Diretoria ainda não determinou se haverá impactos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: **a) Alterações na IAS 21/ CPC 02 (R2):** exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025; **b) Alterações na IFRS 7/ CPC 40 (R1) e IFRS 9/ CPC 48:** classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; **c) Alterações na IFRS 7/ CPC 40 (R1) e IFRS 9/ CPC 48:** podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; **d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** a nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substituiu a IAS 1/ CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais nas demonstrações de resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027; **e) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública Divulgações:** permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027. Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Para as alterações da IFRS 19 a Companhia espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

4. Caixa e equivalente de caixa

	2024	2023
Conta corrente	18.424	10.875
Aplicações financeiras	4.520	96.596
	22.944	107.471

As aplicações financeiras da Companhia têm suas taxas de remuneração atreladas à variação dos Certificados de Depósito Interbancário (CDI) com remuneração média próxima de 100% do CDI. Todas as aplicações possuem liquidez diária para resgate.

5. Contas a receber de clientes

	2024	2023
Clientes nacionais	13.466	47.043
Partes relacionadas (Nota Explicativa nº 8)	89.127	303.647
	102.593	350.690

A Companhia concede título reconhecido na rubrica do contas a receber com garantia em contas correntes com saldo de conta garantida. A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A análise do vencimento das contas a receber e financiamentos a clientes é como segue: Abertura de clientes terceiros por prazo de vencimento:

	2024	2023
A vencer	13.466	47.043

A Companhia possui baixa concentração de vendas em grandes clientes, ciclo de recebimento de curto e excelente histórico de pagamentos, não tendo incorrido em perdas de recebíveis durante os últimos exercícios. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Diretoria da Companhia concluiu não haver necessidade de constituição de provisões para perdas de devedores duvidosos para os saldos apresentados como contas a receber.

6. ESTOQUES

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização, a saber:

	2024	2023
Estoque de Diesel	9.081	104.303
Estoque de Gasolina	10.770	-
Estoque em trânsito	32.331	-
Adiantamentos a fornecedores - Externos	100.826	18.723
Adiantamentos a fornecedores - Partes relacionadas (Nota Explicativa nº 8)	17.648	-
Provisões de Perdas	(6.310)	-
	164.346	123.026

A Companhia mantém estoques dados como garantia de passivos nas respectivas datas-bases de 4.000.000 litros. A Companhia apurou em 2024 estoque em trânsito na quantidade 5.913.212 litros com expectativa de realização ao longo do ano de 2025. A movimentação de provisão de perdas é assim demonstrada:

	2024	2023
Saldo Iniciais	-	-
Adições	(6.310)	-
Saldo finais	(6.310)	-

7. TRIBUTOS RECUPERAR

	2024	2023
PSL e COFINS a recuperar	34.425	1.685
CSLL a recuperar	1.158	400
ICMS a recuperar	882	1.291
Imposto de renda a recuperar	4.980	1.966
Outros impostos a recuperar	9	-
	41.454	5.351

O saldo a recuperar de ICMS está atrelado ao reconhecimento de créditos das operações de frete, conforme legislação vigente. Já o PIS e COFINS está relacionado às apropriações de créditos das aquisições de serviços de armazenagem.

8. Partes relacionadas

A Companhia possui como seu controlador final a Carpe Diem Holding Ltda., a qual possui 100% de suas ações. **Saldos com partes relacionadas:**

	2024	2023
Ativo		
Contas a receber (Nota Explicativa nº 5)		
Nimo Energia Distribuidora e Comércio de Combustíveis Ltda.	89.127	303.647
	89.127	303.647

Adiantamento a fornecedores (Nota Explicativa nº 6)

	2024	2023
MFT Martin Fuels Trading FZE	17.648	-
	17.648	-

Empréstimos (i)

	2024	2023
Carpe Diem Holding Ltda	32.841	7.482
Outros	5.725	28.990
	38.566	36.472

Fornecedores (Nota Explicativa nº 12) (ii)

	2024	2023
Blue Martin Refined Oil Products Trading LLC	407.403	513.946
	407.403	513.946

Empréstimos (Nota Explicativa nº 11) (iii)

	2024	2023
Blue Martin Refined Oil Products Trading LLC	26.504	-
	26.504	-

Transações que influenciam o resultado

	2024	2023
Vendas de mercadorias	1.084.113	524.318
Compras de mercadorias	(2.997.342)	(3.293.643)

A Companhia mantém relações e transações com partes relacionadas em condições estabelecidas entre elas, os resultados de suas operações, bem como os seus efeitos tributários podem ser diferentes daqueles que seriam obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas. Adicionalmente, a Diretoria não espera ter impactos na realização ou liquidação dessas operações. (i) Refere-se a operações de mútuo sem remuneração e com prazo de vencimento definido entre as partes; e (ii) O saldo de passivo a fornecedores e transações de compras referem-se, principalmente, à aquisição de produtos para comercialização. As condições comerciais estabelecidas são compras em moedas estrangeiras. **Remuneração do pessoal-chave da Administração:** O pessoal-chave da Administração da Companhia inclui basicamente um administrador nomeado em ata. A remuneração total paga pela Companhia ao pessoal-chave da Administração é demonstrada na tabela a seguir:

	2024	2023
Benefícios de curto prazo a Administradores	653	660
	653	660

Benefícios a empregados: Os benefícios a empregados concedidos pela Companhia referem-se basicamente a benefícios concedidos em bases mensais e assim reconhecidos contabilmente. Não existem benefícios pós-emergo, fundos de pensão ou outros benefícios que requeiram tratamento contábil específico.

9. Imobilização

Movimentação em 2024:

	Máquinas e equipamentos	Instalações	Móveis e utensílios	Total
Em 1º de janeiro de 2023				



Nimofast Brasil S.A.

Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações contábeis: A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso desta base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os

controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 25 de abril de 2025.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 PR 006853/F-9
Edmilson Vieira Miranda
Contador CRC 1 SP 235688/0-5 - S - PR

Publicidade Legal é coisa séria!

Atas

Editais

Balanços

Súmulas

Concorrências

Tomada de Preços

Avisos

Comunicados

Anúncios

Consulte
nossa **equipe**

41 3333-9800

publegal@induscom.com.br

pl@induscom.com.br

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 23/06/2025

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link:
https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais



Documento final gerado em 23/06/2025 00:13:22

Esse documento pode ser validado através do QR CODE abaixo, ou via URL: <https://incodigital.ipsign.com.br/validador>

Identificador de validação: 7bc46fd04ced70a2130881b0b5e5f21e7ef1c89859e1313ac0862d9ad78420ca



Assinatura

Assinado em: 23/06/2025 00:13:40

Tipo de assinatura: Desenho na tela

Assinante: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

CPF: 01993841938

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

Identificador: f5272add03be9887c5f3de40004d4d5



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
187.53.118.239, 172.31.21.164	-25.4345969,-49.2537428	Curitiba	80050-250	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 137.0.0.0 / Windows



Emitido por: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Esse documento assinado de forma eletrônica está em conformidade com o Código Civil, Código de Processo Civil, Legislação vigente que regula as assinaturas eletrônicas e Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a legislação aplicável vigente. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: validar.iti.gov.br

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.

